considera notificado o contribuinte, na forma do art. 14, § 3º, III da Lei 6.182/98, alterada pela Lei 7.078, de 28 de dezembro de 2007.

Razão Social: DE FÁBRICA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA
Inscrição Estadual: 15.245.662-7

Auditor Fiscal solicitante: Marta Menezes dos Santos

Documentos solicitados:

Comprovante de Entrega – DIEF;

DAEs de Recolhimento de I.C.M.S.;

Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica DIEF/GIEF;

Livro de Registro de Apuração de ICMS;

Livro de Registro de Entradas;

Livro de Registro de Inventário;

Livro de Registro de Saídas;

Nota Fiscal de Venda a Consumidor – Modelo 2;

Notas Fiscais de Entradas;

Notas Fiscais de Saídas

Notas Fiscais de Saídas – Canceladas;

Outros documentos poderão ser solicitados no decorrer desta ação fiscal.

Período a ser fiscalizado: 05/2005 até 07/2008

Local p/ entrega da documentação: Avenida Gentil Bittencourt, 2566 - 2ª andar, entre Av. José Bonifácio e Trav. Castelo Branco - São Braz - Fone: 3039-8500

O não atendimento à presente NOTIFICAÇÃO, no prazo estipulado, determinará a imediata aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do Artigo 78, inciso IX, alínea “c” da Lei n.º 5.530/89, ficando ciente, desde logo, que a presente medida caracteriza o início da ação fiscal pertinente, visando ao interesse do Erário Estadual.

JORGE DIAS RAMOS

Coordenador – CERAT Belém

**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS
FAZENDÁRIOS**

ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

A Secretaria Geral torna público a (s) data (s) de julgamento do (s) recurso (s) abaixo, a ocorrer na sala de sessões do Tribunal, sito em Belém, na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 3º andar, entre Trav. Castelo Branco e Av. José Bonifácio:

PRIMEIRA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO

Em 28/08/2008, às 11:00h, recurso n.º 4141, AINF nº 082007510000558-6 , contribuinte UNICERES COMERCIAL AGRICOLA LTDA, Insc. Estadual nº. 15204661-5

Em 28/08/2008, às 11:00h, recurso n.º 4143, AINF nº 082007510000551-9 , contribuinte UNICERES COMERCIAL AGRICOLA LTDA, Insc. Estadual nº. 15204661-5

Em 28/08/2008, às 11:00h, recurso n.º 4145, AINF nº 082007510000536-5 , contribuinte UNICERES COMERCIAL AGRICOLA LTDA, Insc. Estadual nº. 15204661-5

Em 28/08/2008, às 11:00h, recurso n.º 4147, AINF nº 082007510000554-3 , contribuinte UNICERES COMERCIAL AGRICOLA LTDA, Insc. Estadual nº. 15204661-5

Em 28/08/2008, às 11:00h, recurso n.º 4149, AINF nº 082007510000535-7 , contribuinte UNICERES COMERCIAL AGRICOLA LTDA, Insc. Estadual nº. 15204661-5

Em 28/08/2008, às 11:00h, recurso n.º 4151, AINF nº 082007510000545-4 , contribuinte UNICERES COMERCIAL AGRICOLA LTDA, Insc. Estadual nº. 15204661-5

Em 28/08/2008, às 11:00h, recurso n.º 4153, AINF nº 082007510000546-2 , contribuinte UNICERES COMERCIAL AGRICOLA LTDA, Insc. Estadual nº. 15204661-5

Em 28/08/2008, às 11:00h, recurso n.º 4155, AINF nº 082007510000547-0 , contribuinte UNICERES COMERCIAL AGRICOLA LTDA, Insc. Estadual nº. 15204661-5

Em 28/08/2008, às 11:00h, recurso n.º 4137, AINF nº 082007510000555-1 , contribuinte UNICERES COMERCIAL AGRICOLA LTDA, Insc. Estadual nº. 15204661-5

Em 28/08/2008, às 11:00h, recurso n.º 4135, AINF nº 082007510000556-0 , contribuinte UNICERES COMERCIAL AGRICOLA LTDA, Insc. Estadual nº. 15204661-5

Em 28/08/2008, às 11:00h, recurso n.º 4139, AINF nº 082007510000543-8 , contribuinte UNICERES COMERCIAL AGRICOLA LTDA, Insc. Estadual nº. 15204661-5

PORTARIA - COFAZ

PORTARIA Nº 064 DE 14 DE AGOSTO 2008

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE RECEITAS DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 0325-GS/SEFA, de 01/10/2007, publicada no DOE n.º 31.019, de 03/10/2007, e;

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 006/2008-CS, datado de 12/08/2008, da Comissão Sindicante, constituída pela Portaria nº 0061-GS/SEFA de 17/06/2008, publicada no D.O.E. edição nº 31197, de 25/06/2008, e prorrogada pela

Portaria nº 0080-GS/SEFA de 22/07/2008, publicada no D.O.E., edição n.º 031218 de 24/07/2008.

RESOLVE:

REDESIGNAR, a Comissão de Sindicância Administrativa, instituída pela Portaria nº 0061-GS/SEFA de 17/06/2008, publicada no D.O.E., edição nº 31197, de 25/06/2008, presidida pelo servidor JOSÉ ANTÔNIO RODRIGUES SILVA DE OLIVEIRA, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, identificação funcional nº 2007967/3, a partir de 23/08/2008, até a conclusão dos trabalhos, de acordo com o caput do Artigo 208, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/01/94, convalidando os atos praticados pela Comissão Sindicante.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE RECEITAS DE ESTADO DA FAZENDA, EM 14/08/2008

WALCIR MARÇAL NOGUEIRA

Secretário Adjunto de Receitas de Estado da Fazenda

PORTARIA - COFAZ

JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO POR INTERMÉDIO DA PORTARIA Nº 0787, DE 1º DE SETEMBRO DE 1998.

O Processo Administrativo Disciplinar, instaurado por intermédio da Portaria nº 0787, de 1º de setembro de 1998, teve por objeto a apuração de irregularidades quanto ao cadastramento das Portarias nºs 2277/97 e 3005/97, por servidoras desta Secretaria, portarias essas que dispunham sobre isenção a contribuintes não compreendidos entre aqueles de que tratam os arts. 2º e 3º da Lei nº 6.017, de 30.12.1996, que dispõe sobre o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

A Comissão, em seu Relatório, fls. 59 a 61 dos autos, “depois de ultimar a fase instrutória deste processo, chegou à conclusão, por unanimidade de seus componentes, que os fatos atribuídos às indiciadas CELY REGINA ALEXANDRE COSTA e MARIA RITA IMBIRIBA TAVARES, lotadas no setor de IPVA/JOÃO BALBY, apesar de serem atribuídos as mesmas, não restou provada a intenção de lesar o fisco, por parte das servidoras, não sendo comprovado o efetivo benefício em razão do feito.”

De acordo com o Relatório, “os únicos beneficiados foram na verdade os despachantes, ao se locupletarem de valores que não lhe pertenciam.” E prossegue: “Assim, na análise minuciosa do conjunto probante, inexistiu a falta funcional das servidoras indiciadas, pelo que devem ser consideradas inocentes”.

Ainda segundo o Relatório, “Em razão dos indícios de crime perpetrados pelos despachantes SAID TRINDADE AOOD, RONALDO AOOD CARDOSO e RAIMUNDO NONATO CALANDRINI AZEVEDO FILHO, no caso dos dois últimos citados, ainda mais evidenciados, em razão do não comparecimento perante a Comissão para não serem acareados em virtude das divergências em seus depoimentos, recomendamos que sejam remetidas cópias dos presentes autos ao Ministério Público Estadual, para que sejam tomadas as providências cabíveis.”

A Consultoria Jurídica desta Secretaria de Estado da Fazenda exarou o Parecer Jurídico nº 535/2008, favorável ao acatamento do Relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar. É, em síntese, o Relatório.

Decido:

Acato o relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, de acordo com o art. 224 da Lei nº 5.810/1994, para: a) absolver as servidoras CELY REGINA ALEXANDRE COSTA e MARIA RITA IMBIRIBA TAVARES de responsabilidades pelas irregularidades verificadas no cadastramento das Portarias nºs 2277/97 e 3005/97; b) determinar a extinção do processo na esfera administrativa, e c) determinar o encaminhamento do processo, em original, ao Ministério Público Estadual para as providências que considerar cabíveis, arquivando-se cópia do processo na Corregedoria Fazendária, nos termos do art. 227 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994.

Belém, 18 de 08 de 2008.

JOSÉ RAIMUNDO BARRETO TRINDADE

Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA - COFAZ

JULGAMENTO DA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 0861, DE 25 DE SETEMBRO DE 1998, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ DE 07 DE OUTUBRO DE 1998.

A Sindicância Administrativa teve por finalidade apurar os fatos que culminaram em pequenas avarias e na suposta excessiva quilometragem do veículo VW GOL 1.6ML, placa JUK-7410, alocado na, à época, Inspetoria Fazendária do Itinga. A Comissão de Sindicância entendeu que os servidores envolvidos não praticaram irregularidade, uma vez que estavam desempenhando suas funções, o que não caracteriza prejuízo ao erário público, concluindo, portanto, de acordo com o art.

200, parágrafo único, e art. 201, inciso I da Lei nº 5.810/1994, pelo arquivamento do processo, em face da ausência de evidências capazes de sugerir punição ou instauração de processo disciplinar.

A Consultoria Jurídica desta Secretaria de Estado da Fazenda exarou o Parecer Jurídico nº 507/2008, favorável ao acatamento do Relatório da Comissão de Sindicância.

É, em síntese, o Relatório.

Decido:

Acato o relatório da Comissão de Sindicância, em razão dos fatos apurados não configurarem infração disciplinar ou ilícito penal, determinando, de acordo com o art. 224 da Lei nº 5.810/1994, o arquivamento do procedimento de sindicância.

Belém, 19 de 08 de 2008.

JOSÉ RAIMUNDO BARRETO TRINDADE

Secretário de Estado da Fazenda.

**ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS
FAZENDÁRIOS**

ERRATA

No Anúncio de Pauta de Julgamento da 2ª CPJ, publicado no DOE nº 31236, de 20/08/2008, onde se lê :

ACÓRDÃO Nº 3406

**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS
FAZENDÁRIOS**

ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

leia-se:

**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS
FAZENDÁRIOS**

ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

Onde se lê:

ACÓRDÃO Nº 4058

**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS
FAZENDÁRIOS**

ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

leia-se:

**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS
FAZENDÁRIOS**

ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

PORTARIA - COFAZ

PORTARIA Nº 063 DE 14 DE AGOSTO DE 2008

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE RECEITAS DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 0325-GS/SEFA, de 01/10/2007, publicada no DOE n.º 31.019, de 03/10/2007, e;

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 00119-CPAD, datado de 13/08/2008, da Comissão Processante, constituída pela Portaria nº 0063-GS/SEFA de 23/06/2008, publicada no D.O.E., edição nº 31197, de 25/06/2008.

R E S O L V E:

PRORROGAR de acordo com o caput do artigo 208, da Lei Estadual 5.810 de 24/01/1994, por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 23/08/2008, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, constituída pela Portaria nº 0063-GS/SEFA de 23/06/2008, presidida pelo servidor LUIZ ERNESTO MAURÍCIO DE ABREU LEITÃO, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, identificação funcional nº 54180898/1.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE

GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE RECEITAS DE ESTADO DA FAZENDA, EM 14/08/2008

WALCIR MARÇAL NOGUEIRA

Secretário Adjunto de Receitas de Estado da Fazenda

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Nº do Termo Aditivo: 10º TAC

Nº do Contrato: 043/2006/SEFA

Objeto do Contrato: O presente contrato tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual, para dar continuidade a prestação de serviços executados pelo contrato n.º 043/2006, que trata da prestação dos serviços de atendimento ao cidadão usuário, por intermédio de central de atendimento (Call Center), com fornecimento de solução completa de infra-estrutura, que engloba comunicação, instalações, pessoal, treinamento, telefonia, equipamentos e aplicativos.

Valor do Contrato original: R\$ 270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 023/2006/SEFA. Partes: Secretaria de Estado da Fazenda e a empresa T S J TELEMARKETING LTDA.

Objeto e Justificativa do Aditamento: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual, para dar continuidade a prestação dos serviços executados pelo Contrato n.º 043/2006, que trata da prestação dos serviços de atendimento ao cidadão usuário, por intermédio